

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pelo servidor Arilthon Romulo Cavalcante Casimiro, em 30 de outubro de 2018, para disponibilizar o trabalho, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra.

REFERÊNCIA

CASIMIRO, Arilthon Romulo Cavalcante; BELO, Caroline Figueiredo; NEIVA, Sonia Maria de Sousa Fabricio. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre o rendimento escolar: a percepção dos professores. In: Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", 12., 2018, São Cristóvão, SE. **Anais eletrônicos...** São Cristóvão, SE: Grupo de Pesquisa CNPq/UFS Educação e Contemporaneidade (EDUCON) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), set. 2018.

Disponível em:

<http://anais.educonse.com.br/2018/efeitos_do_programa_bolsa_familia_sobre_o_rendimento_escolar_a_pe.pdf>. doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.01.02>.



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **05/07/2018**

Aprovado em: **07/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.01.02>

EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ARILTHON ROMULO CAVALCANTE CASIMIRO, CAROLINE FIGUEIREDO BELO, SONIA MARIA DE SOUSA FABRICIO NEIVA

Resumo - O presente trabalho apresenta os resultados de um estudo que buscou identificar a percepção dos professores acerca dos efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) no rendimento escolar de crianças beneficiárias. Nesse intuito, são apresentados dados de uma pesquisa de campo realizada com os professores da “Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado”, situada na região do sudeste tocantinense. Para a consecução da pesquisa foram utilizados questionários semiestruturados compostos por 15 questões, sendo a maioria fechada. A pesquisa baseou-se em princípios de cunho quali-quantitativo e contou com a presença de 15 participantes. O estudo apontou que o PBF interfere positivamente no rendimento escolar dos alunos e que a frequência, tida como requisito para permanência no programa, possibilita melhora em suas habilidades educacionais.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Rendimento escolar. Beneficiários.

Abstract - The present study presents the results of a study that sought to identify the teachers' perception about the effects of the Bolsa Família Program (PBF) on the school performance of beneficiary children. For this purpose, data from a field survey conducted with the teachers of the "Sunflower State School of Integral Time", located in the municipality of Combinado, southeast region of Tocantins. To achieve the research, semi-structured questionnaires were used, composed of 15 questions, most of which were closed. The research was based on qualitative-quantitative principles and was attended by 15 participants. The study pointed out that PBF interferes positively in the students' school performance and that the students' attendance, which is a requirement for permanence in the program, improves their educational abilities.

Keywords: Bolsa Família Program. School performance. Beneficiaries.

Resumen - El presente trabajo presenta los resultados de un estudio que buscó identificar la percepción de los profesores acerca de los efectos del Programa Bolsa Familia (PBF) en el rendimiento escolar de niños beneficiarios. En este sentido, se presentan datos de una encuesta de campo realizada con los profesores de la "Escuela Estatal Girasol de Tiempo Integral Combinado", situada en la región del sudeste tocantinense. Para la consecución de la investigación se utilizaron cuestionarios semiestructurados compuestos por 15 preguntas, siendo la mayoría cerrada. La investigación se basó en principios de cuño cuantitativo y contó con la presencia de 15 participantes. El estudio apuntó que el PBF interfiere positivamente en el rendimiento escolar de los alumnos y que la frecuencia de los alumnos, considerada como requisito para permanencia en el programa, posibilita mejora en sus habilidades educativas.

Palabras clave: Programa Bolsa Familia. Rendimiento escolar. Beneficiários.

1 INTRODUÇÃO

Analisando historicamente o Brasil, é possível perceber que sua trajetória de desenvolvimento encontra-se permeada por muitas dificuldades, dentre elas estão aquelas que afetam diretamente a população como a má distribuição de renda, a pobreza, o desemprego e outros problemas sociais. Para lidar com tais situações, o governo ao longo do tempo empenhou-se na criação de diversas políticas públicas, que foram intensificadas na última década. Algumas dessas políticas, especialmente as de transferência de renda, receberam e ainda recebem muitas críticas da opinião pública que costuma classificá-las como políticas puramente assistencialistas. Apesar disso, o fato é que tais políticas trazem em seu bojo um objetivo a ser cumprido, ou seja, “a finalidade última das políticas de desenvolvimento social é a de garantir o bem último que é a reprodução cotidiana da vida em um nível compatível com a dignidade humana”. (PENA, 2004, p. 104).

Diante do exposto, citamos o Programa Bolsa Família - PBF, programa de transferência de renda do governo federal que surgiu em 2003, durante o governo Lula e possui como intuito auxiliar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Embora seu foco esteja na erradicação da pobreza, seus objetivos se relacionam fortemente com o processo educacional, pois uma das condicionalidades do programa é que crianças e jovens de 6 a 17 anos estejam matriculados e obtenham frequência mínima de 85% para os estudantes de 6 a 15 anos e de 75% para os de 16 e 17 anos. Para Brasil (2018), as condicionalidades estabelecidas contribuem com o desenvolvimento familiar reforçando o acesso à educação e saúde e, conseqüentemente, permite o rompimento com o ciclo da pobreza.

Ao refletir sobre tais condicionalidades, surgiram alguns questionamentos: o PBF interfere no rendimento escolar dos beneficiários do programa Há alguma mudança nesse sentido para os participantes do programa, uma vez que dentre as condicionalidades para inclusão encontram-se a matrícula e a frequência escolar dos filhos As famílias passam a participar mais desse processo Há algum benefício para a escola Qual a opinião dos professores sobre tais questionamentos

Nesse sentido, considerando a relação existente entre o PBF e a educação, surgiu a intenção de conhecer como acontecia esse processo partindo de uma perspectiva dos professores da escola que, naturalmente, possuem maior contato com os alunos. A ideia foi conhecer por meio deles se o PBF exercia alguma influência positiva sobre o rendimento escolar desses alunos Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, situada no município de Combinado, região sudeste do Estado do Tocantins.

O trabalho encontra-se delineado da seguinte forma: a primeira apresenta uma contextualização do tema pobreza enfatizando sua relação com o capitalismo, além de alguns conceitos. A segunda aborda o PBF e sua relação com a escola. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos, informando o caminho percorrido para a consecução da pesquisa. A última parte engloba os resultados e análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

2 A POBREZA COMO EFEITO DO CAPITALISMO

Como informado no corpo deste trabalho, o Brasil possuiu em sua trajetória muitas dificuldades de diversas ordens, porém as que envolvem a questão social sempre estiveram muito presentes nesse cenário, razão que fez com que os governos buscassem desenvolver políticas públicas para tais fins.

Essa não é uma particularidade do Brasil, mas sim dos demais países da América Latina, dentre eles estão Argentina, Chile e Uruguai. Apesar de terem observado períodos de crescimento econômico, nunca conseguiram ultrapassar as barreiras do subdesenvolvimento. Esses países “ainda estão lutando com os tradicionais problemas do passado: estruturas socioeconômicas desiguais, grandes bolsões de pobreza, indigência e exclusão social crescente [...]”. (BORON, 2010, p. 9).

Os países citados possuem características semelhantes, pois foram colônias, tendo servido durante sua história como berço de exploração de países europeus como Portugal e Espanha. Apesar de terem se tornado independentes, muitos resquícios do passado ainda permaneceram. E com o advento do capitalismo[1], a situação só piorou. Para Boron (2010), o capitalismo só possibilitou o desenvolvimento das metrópoles, tendo um efeito exatamente contrário nas colônias. Países como Portugal e Espanha, apesar de terem passado por dificuldades em sua trajetória, nunca foram taxados de subdesenvolvidos.

O subdesenvolvimento é um conceito relacional que só vem à tona quando consideramos os efeitos do capitalismo numa sociedade. Ele está ligado ao capitalismo como uma estrutura mundial, ou seja, no aspecto macro. Dessa forma, a economia capitalista mundial tem sempre um centro integrador que

se desenvolve em grande parte sugando o excedente da periferia (BORON, 2010).

Segundo o autor, o capitalismo só é benéfico aos países desenvolvidos que ganham com a exploração dos que estão em situação de subdesenvolvimento. Algumas características desse processo se traduzem em dependência externa, vulnerabilidade diante dos caprichos da economia global, desequilíbrios profundos de sua estrutura econômico-social e ainda polarização de classes e exclusão social das maiorias. (BORON, 2010).

Não há como falar de pobreza sem trazer determinadas questões, pois o capitalismo e seus efeitos tem total relação com o processo de pobreza e desigualdade social desencadeada no Brasil e em países da América Latina. Com a globalização, fenômeno que ocorreu com a expansão do capitalismo e se traduz em diversas mudanças nas relações econômicas, de trabalho, nas formas de dominação e nos fluxos de informações ao redor do mundo, muitas empresas se uniram formando grandes blocos ao redor do mundo fazendo com que pequenas empresas não conseguissem sobreviver. Com os lucros maximizados, passaram a aproveitar dos países subdesenvolvidos para conseguir mão-de-obra barata, matéria-prima abundante, baixo custo e ainda subvenção de impostos. Dessa forma, podemos visualizar o que Boron (2010) mencionara: o capitalismo só faz bem aos ricos, mas muito mal aos pobres.

Países da América Latina como Brasil, Chile e Uruguai foram levados a acreditar que as políticas recomendadas pelo FMI[2], Banco Mundial[3] e OMC[4] algum dia chegariam a ser países como os europeus ou Estados Unidos. (BORON, 2010). Analisando a história recente brasileira, podemos visualizar, especialmente na década de 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, um importante cuidado a esses ditames. O Brasil passava a seguir o que era dado como receita de desenvolvimento por esses organismos internacionais. Porém, apesar do país obter àquela época algum crescimento econômico, os problemas sociais se agravaram.

Conforme observado naquela época, aconteceu grande política de privatizações das empresas públicas, característica da política neoliberal imposta. E que política era essa De acordo com Gentili (1996), trata-se de um processo de construção hegemônica que defende a não participação do estado na economia ou ainda como um conjunto de ideias “capitalistas” de não intervenção na economia. Algumas de suas características incluem: abertura da economia para a entrada de multinacionais; política de privatizações de empresas estatais; livre circulação de capitais e ênfase na globalização; e diminuição do tamanho do estado com a ideia de torná-lo mais eficiente.

O fato é que uma política como essa também tida como orientadora de ações e programas deixa de considerar as peculiaridades de cada país ou região. São políticas impostas de cima para baixo e que normalmente possuem alguma exigência para concessão de empréstimos ou ajuda financeira. Para Ugá (2004), os países da América Latina passaram a aderir ao neoliberalismo para sair da crise ocasionada pela dívida externa e a viam como a única forma para retomar o crescimento. Todavia, o que se constatou foi exatamente o fracasso na luta contra a pobreza. Os mesmos países que aderiram continuam em situação de dificuldades. Segundo Boron (2010), o neoliberalismo produziu sociedades mais desiguais com maiores índices de exclusão social e marginalidades. Por outro lado, trata-se de uma experiência benéfica para os ricos e poderosos. Ainda para o autor, o neoliberalismo foi para sociedade pobre uma verdadeira desgraça.

Dessa forma, no próximo tópico será apresentada uma discussão sobre o que seja pobreza e qual a percepção de alguns autores sobre a temática.

2.1 Pobreza: buscando uma conceituação

É comum associarmos o conceito de pobreza apenas ao que a mídia televisiva informa, mas tal conceito envolve bem mais do que um conjunto de favelas onde vivem pessoas em condições

precárias, sem saneamento básico ou sem direitos a uma vida justa capaz de assegurar uma boa educação, saúde e lazer. Não que isso não represente a pobreza, mas fatos como esses desencadeiam outros, pois a carência de recursos pode ser ainda mais grave por levar os pobres a sequer serem “vistos” na sociedade ou até mesmo impossibilitados de sair dessa condição.

O problema desse enfoque é que, se os(as) pobres são vistos(as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados(as) por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados(as), reprovados(as) e segregados(as). A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os(as) pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos. (ARROYO, 2016).

Outro autor que se opõe a essa forma de pensar é Freire (1997), quando diz que enxergar a pobreza material como condição natural de determinado grupo trata-se de uma visão estreita e fatalista e não aceita por educadores comprometidos. Por meio dos autores, percebe-se que essa visão acontece também dentro da escola, em que os pobres são muitas vezes apontados como incapazes. Mas o que vem a ser pobreza

O conceito de pobreza visa medir carências humanas, ou seja, estima as dificuldades enfrentadas por diferentes indivíduos (NERI, 2012). Basicamente, pobreza pode ser considerada como a carência de recursos necessários à sobrevivência podendo estar relacionada a aspectos como alimentação, nutrição, saúde, vestuário, dentre outros. Normalmente, os critérios para definir a pobreza diferem de uma nação para outra. Além desses entendimentos, a pobreza também está relacionada à exclusão social, à incapacidade de participar dignamente da sociedade ou de ser reconhecido como parte integrante dela.

Na obra de Neri (2012), intitulada “Superação da pobreza e a nova classe média no campo”, apresenta uma semelhança entre o conceito de pobreza e bem estar social, pois ambos procuram agregar o nível de bem estar de uma determinada sociedade a um determinado número. O que difere é que enquanto o conceito de bem estar leva em consideração todos os indivíduos de um mesmo grupo social, o de pobreza considera apenas uma parcela de indivíduos que se encontra abaixo de um determinado parâmetro, no caso, a linha de pobreza.

Os índices de pobreza costumam estar atrelados a uma dimensão monetária, ou seja, existe um valor fixado para parametrizar a linha de pobreza. No caso do Brasil, são consideradas extremamente pobres as pessoas com renda mensal de até R\$89,00[5], segundo a linha oficial do Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal, fixada com base na referência das Nações Unidas para os objetivos do desenvolvimento do milênio e para os novos objetivos do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2018). Os cálculos de indicadores de pobreza exigem a fixação de uma linha abaixo da qual os indivíduos são considerados miseráveis. A construção dessa linha baseia-se, como já informado, em um determinado valor monetário, mas que seja capaz de suprir as exigências calóricas básicas. No caso da pobreza, são contempladas despesas além das alimentares como habitação, vestuário e transporte. (NERI, 2012).

Nesse sentido, o estabelecimento da compreensão do conceito de pobreza como a medição das dificuldades vividas por diferentes indivíduos permite a definição de ações que visam o desenvolvimento de políticas públicas para o seu enfrentamento. Dentro desses pressupostos, logo a seguir, será tratado sobre o Programa Bolsa Família (PBF).

2.2 Programa Bolsa Família (PBF)

Muitos possuem uma concepção formada sobre programas sociais, especialmente os de transferência de renda. Costuma-se associá-los a políticas eleitoreiras, assistencialistas e que não servem para resolver o problema da sociedade. No senso comum são conhecidas por políticas que “dão o peixe” em vez de “ensinar a pescar”. Para Rego e Pinzani (2014, p. 233): “[...] Nos mais variados ambientes sociais os pobres são acusados de preferir viver do dinheiro de bolsa, em vez de trabalhar; de fazer filhos para ganhar o dinheiro do Estado; de usar o dinheiro para comprar cachaça etc. [...]”. Não é raro escutar falas como essas no dia a dia, mas conforme os autores isso se trata de acusações estereotipadas por quem desconhece o programa.

Sabe-se que toda política tem seus percalços, afinal precisam ser muito bem fiscalizadas e é certo que também encontram-se muitas vezes cobertas de ideologia ou até mesmo possam ter outros fins. Mas e quanto àqueles que necessitam de uma renda mínima para satisfazer suas condições mais básicas Básicas como aquelas que dizem respeito à dignidade humana, quão alimentar-se e vestir-se, por exemplo.

Essa é uma oportunidade de refletir-se mais sobre determinados programas e perceber antes de emitir qualquer opinião sobre os mesmos que é preciso conhecê-los de forma mais aprofundada relacionando-os ao contexto em que são criados. De qualquer forma, independentemente de qualquer outro fim que eles possam estar atrelados, surgem para satisfazer algum objetivo principal e no caso dos de transferência de renda, um deles é oferecer um pouco de dignidade a quem precisa, até a sua saída de tal condição.

Mas o que vem a ser transferência de renda De forma simples, trata-se de uma transferência monetária direta a indivíduos ou famílias que visam a garantia de uma renda mínima de subsistência. Normalmente são programas que integram um sistema maior como o Sistema Brasileiro de Proteção Social que dispõe de recursos para tal finalidade. Existem algumas justificativas para sua adoção, mas a entendida como de maior relevância é a existência de um amplo contingente da população vivendo abaixo da linha de pobreza, sem acesso aos serviços sociais básicos (SILVA, 2016). Durante muito tempo, foram criados diversos programas de transferência de renda, não apenas na esfera federal, mas na estadual e municipal e isso causava certa dificuldade na administração de tais programas, pois seus objetivos muitas vezes divergiam, eram na maioria das vezes fragmentados e careciam de maior coordenação e planejamento. Isso levou à necessidade de uma unificação desses programas, levando à criação do Programa Bolsa Família (PBF), durante transição do governo de FHC para o governo Lula.

O PBF foi criado em 2003 a partir da unificação de outros programas existentes como: bolsa-escola, bolsa-alimentação, auxílio-gás e cartão alimentação. Ele tem por objetivo a erradicação da pobreza, mas para isso apresenta algumas condicionalidades em relação à educação, saúde e assistência social. Segundo Silva (2016), o PBF constitui-se hoje como o principal programa do eixo de transferência de renda situado no âmbito do Brasil Sem Miséria.

Para Santos e colaboradores (2014), o PBF possui três eixos complementares como transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. Como informado, na transferência de renda o seu intuito é atenuar as situações imediatas de pobreza garantindo um valor monetário mensal. Já o eixo condicionalidades busca direcionar os beneficiários aos direitos sociais básicos como educação, saúde e assistência social. E por fim, as ações dos programas complementares têm por finalidade o desenvolvimento familiar permitindo aos mesmos ultrapassarem as barreiras de vulnerabilidade social.

Conforme informado no corpo do trabalho, os benefícios do PBF concedidos às famílias foram atualizados e passaram a valer a partir de 1º de julho de 2018. Os valores mudaram de R\$85,00 para R\$ 89,00, representando um aumento de 5,67%. Conforme Brasil (2018), os benefícios pagos às

famílias podem variar de acordo com a composição delas como número de pessoas, idade, presença de gestante ou renda aferida. Sendo assim, eles podem ser:

- **Benefício Básico (R\$ 89,00)** – Nesse caso, o benefício é pago apenas a famílias extremamente pobres, ou seja, que possuam renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00.
- **Benefício Variável (R\$ 41,00)** – Nesse caso, irá variar de acordo com a composição familiar, ou seja, aquelas que possuam em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos na família e que estejam frequentando a escola, gestantes ou nutrizes. É necessário que essas famílias possuam renda mensal de até 178,00 por pessoa.
- **Benefício variável vinculado ao adolescente (R\$48,00)** – Para esse benefício é necessário que as famílias possuam renda mensal de até R\$178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, comprovada a frequência escolar.
- **Benefício para a superação da extrema pobreza** – O benefício é pago às famílias que continuem com renda mensal inferior ao valor de R\$ 89,00, mesmo após receberem outros tipos de benefícios. O valor é calculado individualmente para cada família e a ideia é que ultrapasse o piso de R\$89,00.

Para que os benefícios sejam pagos é necessário cumprir alguns requisitos e como pudemos ver, a presença de crianças na escola é um deles, seja para as crianças ou adolescentes. Supõe-se que a presença na escola possa ser positiva para o rendimento escolar dos alunos beneficiários do PBF.

2.2.1 Bolsa Família e Escola

Sabe-se que a educação exerce papel crucial no desenvolvimento de um país, porém investir em educação nem sempre é algo priorizado nos governos, principalmente por que seus resultados não vêm de forma rápida. Por outro lado, para aqueles governos que investem, é possível ver melhorias significativas em seus índices de desenvolvimento humano e econômico.

Infelizmente, há outros fatores que influem nesse processo como a pobreza e desigualdade social ainda muito presentes nos países latinos. No Brasil, há anos governos lançam programas com o intuito de erradicar ou mesmo minimizar tais fatores. Alguns como os programas de transferência de renda têm tentado aliar-se ao processo educativo como forma de romper com o ciclo de pobreza que afasta o desenvolvimento.

Santos e colaboradores (2014, p.165) afirmam que:

A educação, vista na teoria do capital humano como um fator de produção para o desenvolvimento, assume centralidade no âmbito de programas de transferência de renda na América Latina. O pressuposto é que a manutenção da criança na escola é garantia de retorno econômico no futuro, contribuindo para a superação da pobreza intergeracional. No Bolsa Família, a frequência à escola de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos é uma condicionalidade para permanência da família no programa, sendo esta condicionalidade mais conhecida pela população brasileira.

Dessa forma, acredita-se que exista relação entre educação e o PBF. É claro que não podemos apostar toda a melhoria do processo apenas em um programa, até por que o mesmo requer a conjugação de outros fatores como acompanhamento das famílias, melhoria das condições de vida das famílias, utilização adequada dos serviços de saúde e assistência social.

Nesse sentido, foi intenção desse trabalho conhecer a percepção dos professores sobre o rendimento escolar de crianças provenientes de famílias beneficiárias do programa. É o que podemos identificar

por meio dos resultados da pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado, situada no município de Combinado, Estado do Tocantins.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos deste trabalho foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico utilizando-se de livros e periódicos sobre o tema. Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica está presente em quase todos os estudos existentes, pois permite ao pesquisador identificar quais os trabalhos elaborados sobre o assunto. Após esta fase, foi realizada uma pesquisa de campo. De acordo com LAKATOS (2010, p.169) “as fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão”. Isso evidencia o que foi dito, pois esta etapa é considerada como o primeiro passo de uma pesquisa. Além disso, para Lakatos (2010), a pesquisa de campo tem como objetivo o estudo de um determinado problema para busca de respostas ou fatos novos que venham a surgir.

É importante ressaltar que Lakatos (2010) e Gil (2002) foram importantes na escolha da metodologia utilizada, pois seus ensinamentos condizem com o que o pesquisador pretendia.

Para a realização do trabalho de campo foi utilizado como instrumento de pesquisa a aplicação de questionários. O questionário foi composto por quinze perguntas, sendo subdividido em questões abertas e fechadas, sendo maioria fechada para facilitar a tabulação dos dados. O questionário foi direcionado principalmente aos professores, mas contou com a participação de outros membros da escola como coordenadoras e orientadora. Dentre os professores, havia os professores regentes das turmas de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e não regentes como professores das disciplinas de Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso e Inglês.

O estudo realizado teve caráter quali-quantitativo, uma vez que exigia além da tabulação dos dados, a análise minuciosa das questões, bem como a relação entre elas. Com isso, pudemos atingir o propósito do trabalho e responder de forma satisfatória ao objetivo do estudo: conhecer a percepção dos professores acerca dos efeitos do PBF na educação de crianças beneficiárias matriculadas na escola.

3.1 A escola

Como informado, a pesquisa foi realizada na Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Combinado. A mesma situa-se em Combinado, município de aproximadamente 4.874 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2017). O mesmo localiza-se na região sudeste do Estado do Tocantins, situando-se às margens da rodovia TO-110 e possui uma área de aproximadamente 209,572 Km². Em relação à economia, ocupa a 85ª posição dentre os 139 municípios tocantinenses com um PIB de 50.212,33 milhões de reais (IBGE, 2017).

Outra informação importante é quanto ao número de famílias atendidas pelo PBF no município. Segundo indicadores sociais presentes no documento “Perfil Socioeconômico de Combinado”, elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins, há 598 famílias cadastradas no programa (GOVERNO DO TOCANTINS, 2017). Considerando a quantidade de habitantes, isso representa cerca de 12% da população recebendo o benefício, número considerável, destacando a importância do PBF para a população combinadense.

Em relação à escola, apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos anos em relação à queda de matrículas, principalmente devido ao processo de municipalização do ensino fundamental, a escola tem se esforçado para se manter em funcionamento, uma vez que atua na modalidade integral. A escola, conforme informações presentes em seu Projeto Político Pedagógico – PPP, vem há cerca de 55 anos contribuindo com a população, fato que a destaca como muito importante para a

comunidade.

Atualmente a escola atende uma média de 180 alunos provenientes das zonas urbanas e rural, distribuídos entre as turmas de 1º ao 5º ano e atendimento educacional especializado. A comunidade atendida inclui alunos do município e de suas proximidades. As atividades principais na região provêm da agropecuária, mas há também há o cultivo da lavoura em que se planta principalmente para subsistência.

Em relação à infraestrutura, a escola é composta por sala de leitura, formada em sua maioria por livros literários e didáticos, além de outros materiais, porém se faz necessária a renovação de algumas obras, principalmente dicionários que se encontram defasados. Há também um laboratório de informática com computadores conectados à internet e uma sala de multimeios, bem como outra de TV e vídeo.

A equipe escolar é composta por 32 colaboradores, incluindo diretora, coordenadoras pedagógicas, orientadora, professores e demais membros de serviços administrativos e limpeza. Destes, 12 são professores. É importante mencionar esse número, pois a pesquisa foca principalmente em ouvi-los, afinal são eles são os que passam maior período de tempo em contato com os alunos. O próximo tópico apresenta alguns resultados coletados com a pesquisa e suas respectivas discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para levantamento dos dados na referida escola foram entregues 16 questionários aos professores e demais membros da equipe. Dos 16 questionários, foram devolvidos 15 e dentre os que responderam, 12 eram professores, 2 eram coordenadoras e 1 era orientadora. Resolvemos considerar todos os questionários, uma vez que mesmo havendo três membros que não eram professores, estes também acompanham os alunos e por vezes permanecem em sala de aula com os mesmos. Dessa forma, a população da pesquisa foi composta por 15 participantes.

Os professores pesquisados ministram aulas nas turmas de Ensino Fundamental e não era necessário informar em qual turma/ano ministrava. Além disso, também não precisava que o participante da pesquisa se identificasse, pois apenas os dados eram relevantes para o estudo.

Antes do início da análise é importante mencionar que o retorno dos questionários foi de 93%, dado relevante para a pesquisa, pois além de haver uma grande colaboração da escola em participar da mesma, a tendência é que os resultados de fato traduzam o pensamento dos pesquisados em relação aos questionamentos.

Os questionários eram compostos por 15 questões, sendo que dentre estas, 4 questões ofereciam possibilidade de justificativa. Dessa forma, não havia nenhuma questão totalmente aberta, mesmo estas, se encontravam relacionadas à pergunta inicial.

A primeira parte do questionário perguntava sobre a função exercida na escola, nível socioeconômico dos alunos, bem como sobre o espaço habitado por eles. Sobre a função exercida, havia naturalmente uma maior quantidade de professores, uma vez que eles eram o foco, porém obtivemos também a opinião de duas coordenadoras e uma orientadora. Quanto aos alunos, concluiu-se que a maioria deles possui baixo nível socioeconômico, o que se pôde verificar também por meio das informações presentes no PPP da escola, pois muitos são filhos de pequenos produtores e que utilizam a lavoura para subsistência. Apesar disso, a maioria reside no espaço urbano. Como se trata de uma cidade pequena, a linha que separa o urbano do rural é muito tênue, porém considerou-se na pesquisa o fato de a maioria residir dentro do plano diretor do município.

Outra questão trabalhada foi sobre a existência na escola de alunos beneficiários do PBF. Exatamente 100% dos professores pesquisados afirmaram possuir algum aluno participante de tal

benefício. Apesar disso, quando perguntados sobre se o percentual de alunos que recebiam representava a maioria em suas respectivas salas, a maior parte deles afirmou se tratar de uma minoria.

Também foi perguntado aos professores sobre se algum deles já havia participado de algum curso ou orientação relativa ao PBF e se havia algum trabalho diferenciado com esses alunos. Sobre tais questões inferimos que a maioria deles não realiza qualquer atividade diferenciada com os alunos do programa e nunca receberam algum tipo de orientação na escola sobre o tema. A ideia de realizar tais perguntas, apesar de não constituir uma obrigação a realização de tais ações, acreditamos ser de relevância a implementação delas, pois não só esclarece aos membros da escola qual o papel efetivo do PBF, como isso pode gerar maior atenção para com aqueles que advêm de situações de vulnerabilidade social.

Outra questão levantada foi se o professor sabia informar algum objetivo do programa. Dos entrevistados, exatamente 90% deles afirmaram que sim. Essa questão permitia que o entrevistado justificasse a resposta. Apesar de a maioria afirmar que sim, após análise das respostas, verificou-se que elas ligavam-se à presença do aluno na escola, ou seja, para a maioria o objetivo principal do PBF era a presença do aluno na escola. Observa-se que embora a presença do aluno da escola seja relevante, o programa possui como objetivos principais:

- combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional;
- apoiar o desenvolvimento de famílias pobres e em situação de extrema pobreza;
- união dos diversos órgãos públicos para auxiliar famílias pobres a superarem essa condição.
- combate a pobreza e desigualdade;
- promover o acesso das famílias carentes à rede de serviços públicos como educação e saúde;

Considerando os 15 participantes entrevistados, apenas 4 obtiveram respostas condizentes com os efetivos objetivos do PBF. Se considerarmos a questão citada anteriormente, em que os mesmos afirmam não terem adquirido orientação sobre o programa, podemos perceber uma relação entre elas. Dessa forma, deduz-se que é importante maior diálogo e esclarecimento sobre o real intuito do PBF, que antes de tudo deseja romper com o ciclo da pobreza.

As questões em seguida tiveram por finalidade entender como os entrevistados enxergam a influência do PBF na vida dos alunos em relação ao rendimento escolar e sobre a participação familiar na educação dos mesmos, dentre outros aspectos. Além disso, é interessante conhecer a opinião dos participantes sobre os principais efeitos do programa, sejam positivos ou negativos.

Desse conjunto de perguntas, o primeiro questionamento é se com o PBF os pais passam a ter mais participação no processo de aprendizagem dos filhos, ou seja, se houve mudança no acompanhamento do desenvolvimento escolar dos mesmos.

Sobre essa questão houve um equilíbrio nas respostas. Mas a maioria, 53%, acredita que não, que os pais não passam a participar mais da escola. Acreditávamos que o PBF ao exigir frequência dos filhos na escola possibilitasse maior envolvimento dos pais nesse contexto, porém a maioria dos pesquisados entende que não há mudança nesse sentido.

Outro questionamento foi se o PBF interferia positivamente no rendimento escolar. Sobre tal pergunta houve certa surpresa, uma vez que é muito recorrente a fala no meio escolar de que o PBF não melhora o rendimento dos alunos e que apenas aumenta a frequência. Exatamente 80% dos professores entrevistados acreditam que sim, ou seja, o resultado vai ao encontro dos objetivos do programa que vão além do combate à pobreza e à desigualdade.

Antes de passarmos à próxima questão, é interessante conhecermos algumas falas dos pesquisados em razão de algumas perguntas permitirem inserir justificativa, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Justificativa sobre a melhoria do rendimento escolar

- P3 “Por que a partir do momento que eles vêm para a escola, adquirem melhor as habilidades propostas”
- P5 “A frequência garante a aprendizagem e o recurso melhora a vida do aluno”
- P12 “O aluno sendo mais frequente há mais possibilidades de aprendizagem”
- P15 “Porque o aluno assíduo tem mais rendimento”

Fonte: Autor da pesquisa

Percebe-se que as falas destacadas corroboram com a mesma ideia, de que a maior frequência na escola permite melhor aprendizado. Em seguida, apresentamos dados que tratam sobre o que os pesquisados consideram como efeitos positivos mais relevantes do PBF.

A grande maioria, 93%, considera que o PBF melhora a vida das famílias. Essa é uma informação importante, pois ainda há muito desconhecimento e preconceito sobre os programas de transferência de renda. Separamos algumas falas na tabela 2.

Tabela 2 – Justificativa sobre a melhoria de vida das famílias

- P3 “De certa forma contribui para que melhore, pelo menos ajuda a amenizar a situação em relação à compra de materiais escolares, por exemplo”
- P6 “Porque subsidia as necessidades básicas até a conquista do emprego”
- P7 “No âmbito financeiro, o programa ajuda bastante as famílias brasileiras, mas na esfera escolar precisa ser repensado muitos fatores”
- P9 “Claro que melhora, pois muitos deles não têm renda fixa”

Fonte: O autor da pesquisa

Percebe-se por meio das falas que o PBF, apesar de ser objeto de algumas críticas, possui grande relevância para a vida das famílias. Sabemos que toda política apresenta problemas, mas com maior empenho do governo em fiscalizar e corrigir as distorções existentes, tal política pode subsidiar as famílias até que saiam da condição de vulnerabilidade social. Em seguida apresentamos algumas considerações finais sobre o trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve por objetivo conhecer a percepção dos professores acerca dos efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) no rendimento escolar de crianças beneficiárias, bem como se na visão deles o programa permitia maior participação dos pais e quais eram os seus efeitos mais influentes.

É importante mencionar que o desenvolvimento de toda pesquisa requer muita dedicação e seriedade com observância dos princípios éticos, fato que foi rigorosamente levado em conta. Ademais, mesmo tendo como intuito principal responder aos objetivos citados, é comum que se conheça fatos novos ou inesperados, mas isso não diminui o trabalho, pelo contrário, o enriquece.

A pesquisa foi desenvolvida numa escola situada no interior do Estado do Tocantins região ainda carente de pesquisas, principalmente nesse ramo, pois ainda é um Estado com pouco tempo de criação e assolado por diversos problemas, sendo os de ordem política e socioeconômica muito presentes.

Com o trabalho desenvolvido foi possível demonstrar que tanto a escola, como seus integrantes possuem importante papel social para o município de Combinado. Os dados demonstram que o

Programa Bolsa Família é de grande relevância para seus beneficiários, considerando a pesquisa nessa escola. Apesar da maioria dos professores não receber a devida orientação sobre o que seja o PBF e quais seus reais objetivos, os mesmos conseguem identificar melhorias dentre os participantes do mesmo.

A pesquisa concluiu que a maioria dos professores acredita na melhora de rendimento escolar dos alunos da escola que são beneficiários do PBF. Tal fato mostrou surpresa, uma vez que há falas recorrentes no meio escolar de que tal programa só melhora a frequência. E mesmo em outro momento, quando perguntados sobre o efeito mais relevante do programa e eles terem afirmado que era a frequência escolar, em outra questão, na visão dos professores, ela permitia que o aluno melhorasse o seu rendimento e conseqüentemente sua educação de maneira geral.

Outro ponto identificado foi que o programa não possibilita maior participação dos pais na escola, apesar disso, de acordo com as respostas, podemos deduzir sobre a positividade do programa para os alunos e para as famílias.

Dessa forma, infere-se que as hipóteses deste trabalho se confirmam, ou seja, o programa possibilita uma melhoria do ponto de vista educacional, e é positiva nesse processo, uma vez que a presença na escola é exigida como requisito para continuidade no programa. Essa presença, segundo a pesquisa, pode permitir uma evolução no processo educacional.

Apesar disso, o assunto não se encerra e possibilita o desenvolvimento de outras pesquisas e que analisem outras perspectivas para que tenhamos uma visão mais ampla dos programas sociais, especialmente do de transferência de renda, como o PBF. É importante que não fiquemos apenas baseados no que diz o senso comum, precisamos nos desvencilhar de qualquer concepção precipitada. Sabe-se que toda política pública possui problemas e nem sempre conseguem atingir o seu real objetivo, mas para que haja eficácia, é necessária a participação não apenas do governo, mas também da comunidade e a realização de pesquisas é uma das formas em que pode haver a contribuição da sociedade.

De maneira geral, foi possível identificar a positividade do PBF para a escola pesquisada, mesmo havendo indicação de que o mesmo funcionaria melhor com a conjugação de outras ações como maior acompanhamento das famílias e alunos beneficiários. Além disso, se faz necessário maior esclarecimento dos professores quanto aos reais objetivos do programa, talvez por meio de palestras, minicursos ou orientações, buscando sempre maior eficácia do mesmo.

[1] Sistema econômico social baseado na acumulação de capital, cujos meios de produção são de propriedade privada.

[2] FMI – Fundo Monetário Internacional.

[3] Banco Mundial – É uma agência financeira internacional sem fins lucrativos com sede em Washington DC (Estados Unidos).

[4] OMC – Organização Mundial do Comércio.

[5] Valor atualizado recentemente mediante Decreto do Presidente Michel Temer a partir de 01/07/2018.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Pobreza, desigualdades e educação. In: **[Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social: Módulo introdutório]**. Brasília: Secadi/MEC, 2016. p. 1-37.

BORON, Atílio A. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2018. **Bolsa Família**. Disponível em . Acesso em: 04 jul. 2018.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população residente no Brasil**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html=&t=resultados>>. Acesso em: 05 jul. de 2018.

BRASIL, Portal Brasil. **Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)**. Brasília, 2015. Disponível em: . Acesso em: 07 ago. 2017.

FREIRE, Paulo: **in memoriam**. Brasil: TV PUC São Paulo, 1997. (20 min). Disponível em: . Acesso em 14 ago. 2017.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. 1996. Disponível em: . Acesso em: 17 ago. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4.ed, 2002.

GOVERNO DO TOCANTINS (Secretaria do Planejamento e Orçamento – Seplan). **Perfil socioeconômico dos municípios**. Palmas, 2017. Disponível em . Acesso em: 07 nov. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 7.ed, 2010.

NERI, Marcelo Côrtes. **Superação da pobreza e a classe média no campo**. Brasília: Editora FGV, 2012.

PENA, Maria Valéria Junho. Os desafios das políticas de combate à pobreza. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (coords.). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p. 101-108.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SANTOS, Michelle Costa Marques dos. et al. A voz do beneficiário: uma análise de eficácia do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.6, n.48, p.1381-1405, nov./dez. 2014. Disponível em: Acesso em: 05 ago. 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Antecedentes e contextualização: trajetória de desenvolvimento do Bolsa Família. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). **O Bolsa Família: verso e reverso**. Campinas: Papel Social, 2016.

UGÁ, Vivian Domingues. **A Categoria “Pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial**. 2004. Disponível em: . Acesso em: 17 ago. 2017.